

**ORGANIZADORES:**

**BENÍCIO VIERO SCHMIDT - RENATO DE OLIVEIRA - VIRGILIO ALVAREZ ARAÇÓN**

# **ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS: ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA**



**EDITORA**



**UnB**

As velozes e intensas mudanças sociais que vivemos nas últimas duas décadas refletem-se nas instituições. Os debates atuais giram em torno de novos paradigmas de estruturação e administração das organizações. Cada uma das organizações sociais volta-se para o seu interior, discutindo sua missão e suas metas estratégicas para o próximo século, sem esquecer a interrelação com as outras organizações e com as várias esferas estatais e sociais. O ensino superior não escapa a esse exame crítico. A entrada do novo século e mesmo do novo milênio, com todas as mudanças econômicas, políticas e culturais que já se antecipam, impõe repensar as estruturas, os objetivos e a função social que o ensino superior, a universidade, a ciência & tecnologia e a profissão acadêmica desempenharão neste novo contexto. O Estado debruça-se sobre esse novo tema, assim como a própria Academia e mesmo a sociedade. Os atores dialogam e buscam o consenso, nem sempre fácil, nem sempre possível, na definição de políticas que dêem um novo formato, uma nova missão, um novo papel ao ensino superior, à ciência & tecnologia, à universidade e à profissão acadêmica. Os problemas que afetam ao Brasil, nesse sentido, não são simplesmente dele, são problemas comuns aos outros países do continente latino americano, ainda que em dimensões e condições diferentes.

**ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:  
ENSINO SUPERIOR  
NA AMÉRICA LATINA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Reitor**

Lauro Morhy

**Vice-Reitor**

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Diretor**

Alexandre Lima

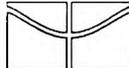
**Conselho Editorial**

Alexandre Lima,  
Airton Lugarinho de Lima Camara,  
Estevão Chaves de Rezende Martins,  
José Maria G. de Almeida Júnior,  
Moema Malheiros Pontes

**BENÍCIO VIERO SCHMIDT**  
**RENATO DE OLIVEIRA**  
**VIRGILIO ALVAREZ ARAGÓN**  
(Organizadores)

**ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:**  
**ENSINO SUPERIOR**  
**NA AMÉRICA LATINA**

EDITORA



**UnB**

*Copyright* © 2000 by Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira & Virgilio Alvarez Aragón (organizadores)

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 5.988, de 14/12/73.

É proibida a reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios,  
sem autorização prévia, por escrito, da editora.

**Editora Universidade de Brasília**

SCS Quadra 02 Bloco "C" nº 78

Edifício OK - 2º andar

70300-013 Brasília – DF - BRASIL

Fone: (55 00 xx 61) 226-6874 - Fax: (55 00 xx 61) 225-5611

Site: <http://www.editora.unb.br> - Endereço Eletrônico: editora@unb.br

**Supervisão Geral de Editoria: Maria Zélia Borba Rocha**

**Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Data Certa Comunicação**

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca da Universidade de Brasília

Schmidt, Benício Viero

S349

Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina / Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira, Virgilio Alvarez Aragon. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

310 p.

ISBN 85-230-0602-8

1. Ensino superior - América Latina. 2. Ensino superior e sociedade. 3. Política educacional - América Latina. I. Oliveira, Renato de. II. Aragon, Virgilio Alvarez. III. Título.

CDU 378.014.53(7/8)

**Financiamento:**

CAPES – Fundação-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

## PREFÁCIO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA EM UMA ENCRUZILHADA **15**

*Virgilio Alvarez Aragón e Maria Zélia Borba Rocha*

## UNIVERSIDADE, ELITES E ESTADO

A UNIVERSIDADE, A FORMAÇÃO DAS ELITES E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL **29**

*José Antônio Giusti Távares*

## A FORMAÇÃO DE CIENTISTAS: NECESSIDADES E SOLUÇÕES

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE CIENTISTAS NO PAÍS: EVIDÊNCIAS, ÊXITOS E DESAFIOS **77**

*Jacques Velloso*

FORMAÇÃO DE CIENTISTA: O CASO DE VITAL BRAZIL (1865/1950) **99**

*André de Faria Pereira Neto*

## PROFISSÃO ACADÊMICA: ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO **139**

*Elizabeth Balbachevsky*

LOS ACADÉMICOS EN LOS NOVENTA: ¿ACTORES, SUJETOS, ESPECTADORES O REHENES? **155**

*Manuel Gil Antón*

LA PROFESION ACADÉMICA EN BRASIL: EL CASO DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA **179**

*Virgilio Alvarez Aragón*

Políticas Públicas e Acadêmicos: um caso de impacto **205**

*MARIA ZÉLIA BORBA ROCHA*

Universidade Pública, C&T e Acadêmicos **229**

*VILMA FIQUEIREDO*

## AS NOVAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A Educação Superior e a Globalização **239**

*BENÍCIO VIERO SCHMIDT*

A Universidade Pública Brasileira entre a Reforma e a Contra-Reforma **263**

*RENATO DE OLIVEIRA*

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA:

PROMESAS CUMPLIDAS Y DESAFÍOS PENDIENTES - EL CASO ARGENTINO **279**

*CARLOS ALBERTO MARQUIS*

LAS NUEVAS POLÍTICAS DE REESTRUCTURACION DE LA

ENSEÑANZA SUPERIOR Y EL FUTURO DE LAS UNIVERSIDADES **297**

*UBALDO ZÚÑIGA QUINTANILHA*

Sobre as Instituições **307**

Sobre os Autores **309**

# **Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas**

---

---



# UNIVERSIDADE PÚBLICA, C&T E ACADÊMICOS

*Vilma Figueiredo*

Nesta especial oportunidade, criada pelos organizadores do seminário internacional sobre universidade, ensino superior, ciência e tecnologia temos, na mesa que ora se inicia, ocasião de estabelecer identidades e contrastes entre Brasil e México, especificamente, detalhando a complexidade da experiência brasileira e, também, a oportunidade de examinar criticamente a tentativa de construção de indicadores de desempenho acadêmico.

Algumas diretrizes conceituais parecem imprescindíveis de modo a que o debate se enriqueça de modo sistemático, evitando postulações sem base na realidade sócio-política contemporânea. Com esse objetivo, desenvolvem-se as seguintes considerações.

O Estado e a sociedade brasileiros encontram-se, atualmente, em processo de mudanças relevantes cujo fulcro é a superação da decisão centralizada e imposta de cima para baixo e a consolidação de cidadãos, processos e instituições comprometidos, ao mesmo tempo, com a afirmação de sua particularidade e com sua inclusão em um universo coletivo e cada vez mais complexo.

Fazem parte dessas mudanças, redefinições dos processos decisórios, do financiamento de instituições e atividades de interesse coletivo, da cultura política e da cidadania. Em suma, mudanças no Estado e na sociedade e nas instituições instaladas no país, inclusive - e destacando-se - a universidade.

Sobrevivem, entretanto, formas institucionais e práticas cuja tendência deverá ser a extinção ou a existência em plano secundário ou

marginal, como as políticas clientelistas e as pressões corporativas, dominantes em modelo/momento anterior.

Nos anos 70 o Brasil vivia o governo militar, que se instalou em 64 passando a conduzir o país com decisões centralizadas, de implementação planejada e autoritariamente impostas à população. Era o momento do planejamento governamental e de ampliação da ação direta do estado em diversas dimensões da sociedade, incluindo a educação, a C&T e a economia, dando origem ao conceito de “burguesia estatal”, cunhado pela sociologia de então.

O “milagre brasileiro” e seus índices alviçareiros de crescimento no início dos anos 70 foi o resultado dessas ações, tendo sofrido o primeiro grande abalo com a crise internacional do petróleo de 73/74. Fielmente ao estilo da época, o governo respondeu com decisões, mais ou menos exitosas, apresentadas como de razão exclusivamente técnica, implementadas por meio de planos e ações a exemplo do pro-álcool e do programa nuclear.

Um governo de decisões autoritárias, com forte apelo nacionalista/patriótico e apoiado no planejamento centralizado, favoreceu, na sociedade civil, o fortalecimento da cultura clientelista e a organização da pressão corporativa de afirmação política.

Assim é que, apesar do controle autoritário exercido sobre a sociedade, muitos anseios de frações e grupos sociais puderam se concretizar. Os avanços na expansão dos sistemas universitário e de C&T são um bom exemplo de realização de interesses de uma comunidade científica que aprendeu a se organizar e a usar as armas políticas adequadas ao momento.

É de notar, sob esse aspecto, a inflexão de ênfase no papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (fundada em 1948), que passou, a partir do final dos anos 60, a ter uma atuação muito mais política, chegando a se constituir, nos anos 70, num dos raros espaços de crítica ao governo e de expressão de interesses sociais.

Com essa atuação a SBPC, juntamente com a Academia Brasileira de Ciências (criada em 1916), passou a ser um ator político cuja expressão não pode ser ignorada por um governo patriótico e de intenções modernizadoras. A ação da SBPC e da ABC foi definitiva, por exemplo,

na reestruturação do CNPq, em 1974, quando se afirmaram os comitês assessores, e demais ajustes posteriores do órgão, ampliando a participação direta da comunidade científica nos processos decisórios internos, na implementação e na formulação da política de C&T.

Essas duas sociedades científicas estiveram igualmente presentes na criação da FINEP, em 1969, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1971, por ela gerido. Desde esse período, a SBPC e a ABC passaram a ser atores cruciais do sistema de C&T, cujo apoio tornou-se imprescindível à formulação e ao êxito das políticas para o setor .

A implantação generalizada da pós-graduação, a partir de final dos anos 60, só foi possível pela colaboração entre governo e comunidade científica. Em 1976, por exemplo, a CAPES introduziu o sistema de “avaliação por pares”, em pleno acordo com setores relevantes da comunidade e o aval das maiores sociedades científicas.

Diferentes áreas do conhecimento reativaram suas sociedades ou criaram novas de modo a poderem representar as particularidades das diversas ciências e os interesses de seus praticantes. Esse processo foi bastante facilitado com o estímulo, especialmente por parte da CAPES, de criação de associações nacionais de pós-graduação e pesquisa para as áreas que organizavam sua pós-graduação.

De finais de 70 até os anos 80 as associações de pesquisa e pós-graduação proliferaram nas diferentes áreas do conhecimento. As humanidades e as ciências sociais, apesar de se fazerem abrigar na SBPC, não tinham a voz ativa que passaram a ter depois de organizadas nessas associações.

O II e III Planos Nacionais de Pós-Graduação, para 82/85 e 86/89, contaram com intensa colaboração dessas novas sociedades científicas. As indicações de membros para comitês, comissões, conselhos passaram a ser feitas mediante consultas a elas. A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia em 1985 passou pelas sociedades científicas. O Ministério e as Presidências dos órgãos governamentais do sistema de C&T sustentam-se com o aval da comunidade científica organizada em suas sociedades e associações.

A grande expansão do sistema universitário, especialmente da pós-gra-

duação a partir de final dos anos 60, foi induzida pelo governo através de suas agências de fomento, tanto federais como estaduais, por meio de ações planejadas e executadas com a colaboração da comunidade científica. CNPq, CAPES, FINEP e, posteriormente, as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (apenas a de São Paulo antecede este período) contam com a participação direta da comunidade científica em diferentes níveis.

É inegável o efeito modernizante produzido pela comunidade científica sobre o sistema universitário, quer por meio de atuação direta de seus representantes ou por pressões exercidas sobre o governo. Inegável, também, é que essa atuação forjou-se num quadro de dominação da cultura política clientelista associada a ações corporativas de indivíduos e grupos, ambas favorecidas pelo regime autoritário-militar.

Há, portanto, que reconhecer na ação dos cientistas no Brasil, de final dos anos 60 até meados dos 80, forte marca corporativa. E isso, principalmente, no que emanava das associações profissionais de cientistas, mas também nas propostas das sociedades científicas propriamente ditas.

Se a pressão corporativa mostrou-se eficaz no quadro da clientela política dos governos militares e suas ações planejadas, as mudanças ocorridas no mundo e no país a partir de meados dos anos 80 tornaram tais práticas inadequadas, se bem que resistentes à superação.

Os desafios da inserção produtiva num mundo globalizado - que implicam, necessariamente, avanços científicos e tecnológicos - e as demandas econômicas e sociais de uma sociedade com projeto democrático tornam obsoletas as pressões corporativas de afirmação política.

Inegavelmente, durante as últimas décadas a comunidade científica brasileira tornou-se ator político relevante, necessário tanto para o aprimoramento do sistema de C&T como para o amadurecimento democrático do país. Agora e no futuro próximo, porém, a importância política da comunidade científica - para o país, para a ciência e para os próprios cientistas - vai depender de seu reajuste aos novos tempos.

Em primeiro lugar, a ação governamental apoiada no planejamento centralizado não mais tem eficácia e nem viabilidade no momento atual. Vive-se a época da decisão compartilhada em que novos atores passam a ocupar a cena política e aprendem a enfrentar o desafio da convivência com a diferença.

Em outras palavras, está superada a fase do domínio da “razão técnica” como justificativa para imposição de decisões de governo e ensaia-se a prática política da negociação democrática. Esta requer de seus agentes - no governo e na sociedade civil - uma visão não-fragmentária do todo social que informe interesses coletivos complexos e não particularistas. A comunidade científica e suas associações representativas encontram-se frente a tais questões.

A superação do militarismo, no Brasil, é contemporânea do desenvolvimento da responsabilidade social, criando, para os agentes da democracia, desafios similares aos das chamadas potências do primeiro mundo.

Juntamente com a superação do planejamento centralizado, o financiamento estatal das ações e instituições públicas encontra seu limite quando o interesse público e os direitos do cidadão se ampliam. Além das privatizações de empresas estatais, a ampliação da participação do capital privado faz-se necessária de modo a tornar possíveis o volume e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essas demandas são largamente ampliadas com o desenvolvimento econômico e o avanço da democracia. E desse processo não fogem os serviços vinculados ao sistema de C&T e à universidade pública, cujo financiamento vai passando a incluir, cada vez mais, múltiplas fontes, estatais e privadas.

O financiamento múltiplo do sistema de C&T, com recursos públicos estatais e significativo aumento dos privados, passou a ser uma exigência dos tempos atuais e tende a beneficiar até mesmo o amadurecimento das próprias sociedades científicas brasileiras, que ainda dependem quase que exclusivamente de recursos públicos estatais.

Nesse período surge a ênfase na distinção entre conceitos de coisa pública e de coisa pública governamental: instituições, entidades, financiamentos e interesses públicos não são, necessariamente, federais, estaduais ou municipais. O destaque dessa distinção, empreendido pelas ciências da sociedade, coaduna-se com demandas e propósitos políticos da transição democrática. A ampliação dos direitos e a extensão de serviços e benefícios públicos a um número crescente de camadas sociais torna inviável sua sustentação exclusivamente pelo Estado.

À expansão quantitativa do sistema de C&T e da universidade pública no período anterior deverá corresponder um aumento na qualidade

nas próximas décadas. O aprimoramento na qualidade inclui, obviamente, maior eficiência na utilização dos recursos e maior adequação e aprimoramento dos produtos gerados, o que reforça a necessidade do aperfeiçoamento de processos periódicos de avaliação.

Além disso, no momento atual, a melhora de qualidade associa-se, também, à maior transparência do sistema, ao atendimento de demandas sociais e à prestação de contas à sociedade.

Tais pressões sobre a universidade e instituições públicas em geral não são particularidades brasileiras. Em todos os países da atualidade onde se desenvolveu um sistema de C&T, dentro e fora da universidade (mas, em sua quase totalidade, dentro dela) o controle social sobre ele aumentou. Não há mais possibilidades de investimento garantido na ciência pela pura justificativa do possível rompimento de barreiras do conhecimento. Os exemplos do Japão e do Sudeste Asiático são eloqüentes para mostrar que investimentos substanciais na pesquisa básica não são condição suficiente e, talvez, nem mesmo necessária para assegurar inovações exitosas no mercado. Nos Estados Unidos, a mudança de atitude é claramente revelada no relatório *Science in the National Interest* (Clinton & Gore, 1994) onde a questão não é mais empurrar as fronteiras do conhecimento na esperança de que a sociedade possa disso se beneficiar em algum momento no futuro, mas, tão rapidamente quanto possível, usar o conhecimento existente para resolver os mais urgentes problemas econômicos, industriais, comerciais e sociais.

Quando a pauta de prioridades fica carregada, a necessidade do desenvolvimento científico tem que se fazer clara de modo a atrair para a ciência investimentos que se poderiam fazer em outros domínios: é a disputa democrática por recursos. No dizer de Jean-Jacques Salomon, do *Centre Science, Technologie et Société* de Paris, *se bem que a ciência faça parte da cultura e como tal possa parecer ter um fim em si mesma, as atividades de P&D são, de fato, instrumentos usados para objetivos extra-científicos - são esses os objetivos que moldam o futuro da sociedade, e não o contrário...* (Salomon, 1996).

Assim é que se constituem os parâmetros já implantados da vida universitária saudável, responsável e produtiva no país: superando

particularismos clientelistas ou corporativistas e firmando uma era de respeito à competência acadêmico-científica dedicada a valores universais numa universidade pública parceira do avanço científico e social do país. Uma universidade que deve fazer por merecer a almejada autonomia.

É nesse quadro que deve ser pensada a profissão acadêmica, estruturada em carreira que permita atender à diversidade (regional, disciplinar, cultural e outra) e garantir o mais alto nível de ensino e de pesquisa. Compatível com tais metas, torna-se obrigatório um sistema regular de avaliação de desempenho e produção que complemente a exigência de titulação acadêmica e que permita o reconhecimento daqueles que demonstrem mérito, bem como a substituição daqueles que não o façam.



## **SOBRE AS INSTITUIÇÕES**

**Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional:** A ANDES foi fundada em janeiro de 1981 a partir da organização das Ads – Associações de Docentes, surgidas em várias universidades brasileiras desde 1976. Apresenta por eixo de ação a defesa do ensino público e gratuito; a democratização da universidade e a defesa dos interesses trabalhistas e salariais dos docentes. A gestão 1998/2000 teve como Presidente Dr. Renato de Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília

Caixa Postal 04470 CEP 70919-970 Brasília – DF - BRASIL

Fone: 55 00 61 347-2028 / Fax: 55 00 61 274-3303

Site: [www.Andes.org.br](http://www.Andes.org.br)

e-mail: [andes-sn@andes.org.br](mailto:andes-sn@andes.org.br)

**Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe**  
– O CEPPAC é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO. Constitui um centro de altos estudos que abriga um programa de pós-graduação (doutorado) denominado Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe. Apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Políticas Públicas Comparadas; Estado e Sociedade; Identidades e Culturas Latino-americanas; Pensamento Social Comparado na América Latina; Relações Internacionais e Integração Econômica, Política e Cultural; Universidade, Educação e Sociedade.

Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB

Pavilhão Multiuso II – 1º andar - Asa Norte

70910-900 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 273-3710 Fones: 55 - 00 61 307-2590 e 307-2591

Home Page: [www.unb.br/ics/ceppac](http://www.unb.br/ics/ceppac)

e-mail: [ceppac@unb.br](mailto:ceppac@unb.br)

**Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior** – O NESUB integra o Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília - UnB. Dotado de autonomia acadêmica e administrativa, o núcleo desenvolve pesquisas sobre temas relevantes do ensino superior. Nos últimos anos, tem consolidado sua atuação por meio de análises comparadas de alcance regional e nacional, bem como pela formação de uma rede de pesquisadores ligados a importantes universidades brasileiras. Oferece consultorias e capacitação para dirigentes e técnicos de instituições de ensino superior. Promove intercâmbios institucionais e divulga estudos sobre o ensino superior.

SCLN 406 Bloco “A” Salas 217-19 - Asa Norte

70874-510 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 349-7826 Fone: 55 00 61 349-7015

Home page: [www.nesub.org](http://www.nesub.org)

e-mail: [nesub@tba.com.br](mailto:nesub@tba.com.br)

## SOBRE OS AUTORES

**André de Faria Pereira Neto** – Historiador, Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Pesquisador na Casa de Oswaldo Cruz; [pereiraneto@hotmail.com.br](mailto:pereiraneto@hotmail.com.br)

**Benício Viero Schmidt** – Doutor em Ciência Política (Stanford University/EUA,1979); Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (Université de Paris I/França,1994); Professor Titular de Sociologia no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe; Diretor científico do CEPPAC/UnB; *colunista do jornal eletrônico Brasil em Tempo Real* ([www.emtemporeal.com.br](http://www.emtemporeal.com.br)); [benicio@unb.br](mailto:benicio@unb.br)

**Carlos Alberto Marquis** - Magister en Sociología-UNAM/México. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET). Profesor Titular: UBA, 1987-92; UNLZ, Argentina, 1988; UNAM, 1976-89. Profesor invitado: Universidad de Mar del Plata 1998; Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil, 1990-91; Universidad del Estado de México, 1982. Actual Director Ejecutivo del Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitaria (FOMECA), Ministerio de Educación / Banco Mundial, 1995/2000; [cmarquis@sinectis.com.ar](mailto:cmarquis@sinectis.com.ar)

**Elizabeth Balbachevsky** – Doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (1995); professora do Departamento de Ciência Política da USP; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais - NUPRI/USP e do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, NUPES/USP; [balbasky@usp.br](mailto:balbasky@usp.br)

**Jacques Velloso** – Ph.D. em Educação pela Universidade de Stanford (1975). Professor titular de Economia da Educação da Universidade de Brasília. Pesquisador nível I-A do CNPq. Consultor ad hoc do CNPq; da CAPES, SBPC, FLACSO e ANPED. Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (mandato 1996-2000); [jvelloso@tba.com.br](mailto:jvelloso@tba.com.br)

**José Antônio Giusti Tavares** - Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; coordenador do programa permanente de investigação em instituições políticas e governo

(POLIS); professor de Ciência Política no programa de doutorado em Direito da UFRGS e na ULBRA. Pesquisador associado no Guest Scholar do Helen Kellogg Institute for International Studies of Notre Dame (Indiana/USA,1998); autor dos livros *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro* (Mercado Aberto,1982); *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégia* (Relume Dumará,1994); *Reforma Neoliberal e Reversão Democrática no Brasil: da Revisão Constitucional à Reforma Constitucional* (Cashiers du Centre d'Études Politiques Brésiliennes, Paris/1995); *Reforma Política e Retrocesso Democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário* (Mercado Aberto,1998); organizador dos livros: *Instituições Políticas Comparadas dos países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai* (FGV, 1998); e *PT: Totalitarismo, Ilusão e Manipulação* (Mercado Aberto, 2000); [jjgjustit@pro.via-rs.com.br](mailto:jjgjustit@pro.via-rs.com.br).

**Maria Zélia Borba Rocha** – Historiadora, Mestre em Sociologia (UnB), professora assistente da Universidade de Brasília na Faculdade de Educação; [zelia@unb.br](mailto:zelia@unb.br)

**Manuel Gil Antón** - Doctor en Metodología y Teoría de la Ciencia. Profesor del Departamento de Sociología, UAM-Azcapotzalco, integrante del Área de Investigación en Sociología de las Universidades. Coautor de: *Los Rasgos de la Diversidad: un estudio sobre los académicos mexicanos*, UAM-A, 1994. Y autor de *Conocimiento Científico y Acción Social: crítica epistemológica a la concepción de ciencia en Max Weber*, Gedisa, 1997; [maga@hp9000a1.uam.mx](mailto:maga@hp9000a1.uam.mx)

**Renato de Oliveira** – Doutor em Sociologia pela École de Hautes Studies (França/1994); Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFRGS; Ex-Presidente da ANDES-SN (1998/2000). Atual Diretor-Presidente da FAPERGS; [renatol@ZEUS.fapergs.tche](mailto:renatol@ZEUS.fapergs.tche)

**Virgilio Alvarez Aragón** – Doutor em Sociologia (FLACSO/1993). Professor Adjunto II da Universidade de Brasília; [viranette@guate.net](mailto:viranette@guate.net)

**Vilma Figueiredo** – PhD em Sociologia pela George Washington University; professora Emérita do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Vice-Presidente da SBPC e Pesquisadora I A do CNPq; [vilmafig@unb.br](mailto:vilmafig@unb.br)

**Ubaldo Zúñiga Quiñtanilla** – Engenheiro, actual Rector Universidad de Santiago de Chile; [uzuniga@lauca.usach.cl](mailto:uzuniga@lauca.usach.cl)





Este livro surge como resultado do intercâmbio acadêmico entre estudiosos e centros de pesquisa sobre a questão do ensino superior na América Latina. Debate que se consubstanciou no Seminário Internacional A Universidade, O Ensino Superior e a Ciência & Tecnologia no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas, realizado na Universidade de Brasília, em maio de 2000, por iniciativa do NESUB Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior; do CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe e da ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, na gestão 98/00.

Subdivide-se em quatro grandes temáticas: Universidades Elites e Estado é o tema que abre o livro, mostrando a correlação existente entre essas três instituições, em um resgate histórico. A Formação de Cientistas: Necessidades e Soluções aponta a experiência brasileira, considerando especificamente a alocação, no mercado de trabalho, dos egressos dos cursos de pós-graduação e a formação de quadros na área médica. A Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas constitui a terceira grande área abordada na obra e apresenta um mapeamento macro dessa profissão nas instituições de ensino superior brasileiras, assim como detalha o caso mexicano e a especificidade da Universidade de Brasília. As Novas Políticas de Reestruturação do Ensino Superior e o Futuro da Universidade analisam as atuais políticas de Estado para o ensino superior, apontando as experiências chilena, argentina e brasileira.

O mundo no qual vivemos hoje é um mundo de incertezas. Incertezas provocadas, entre outros fatores, pelo paradoxo intrínseco à nossa sociedade altamente instável: a utilização social do conhecimento científico como fonte legítima e fidedigna de possibilidade de resolução dos inúmeros problemas humanos provocou, ao mesmo tempo, o surgimento de novas questões. A intensidade e a velocidade atual de produção, comercialização e difusão do conhecimento científico é uma das fontes geradoras do alto grau de instabilidade social no qual vivemos. Estamos na sociedade do conhecimento.

O ensino superior constitui uma das formas clássicas de difusão deste conhecimento. As universidades, os *loci* históricos de produção. Esta nova engrenagem social impõe nova dinâmica também a essas instituições que, na América Latina, caracterizam-se por especificidades econômicas, políticas e culturais.

É o que se dispõe a analisar este livro: a dinâmica do ensino superior, da universidade, da ciência & tecnologia e da profissão acadêmica na América Latina. E quais as possibilidades de futuro para cada uma delas, na atual conjuntura mundial.

Código EDU 300608

ISBN 85-230-0602-8



9 788523 006020